



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ 31.803.125/0001-83

REQUERIMENTO Nº 272/2004
Em, 01 de dezembro de 2004.

Câmara Municipal de Anchieta (ES)
Aprovado por unanimidade
Sala das Sessões 02/12/2004
Presidente

ROBINSON JORGE ANTUNES, Vereador signatário deste, no uso de suas atribuições legais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à **Ilma Sra. Adriana Vasco, DD. Secretária Municipal de Educação e Cultura**, onde solicita o seguinte pedido de informação:

- Como tem sido aplicado o dinheiro do **FUNDEF** no Município de Anchieta, quem recebe tal verba e como é feito o repasse do referido dinheiro?

Tal pedido se faz, tendo em vista a constante cobrança dos professores em obter informação mais detalhada sobre o referido assunto.

Plenário Ulisses Guimarães, 01 de dezembro de 2004.

ROBINSON JORGE ANTUNES
Vereador

Câmara Municipal de Anchieta-ES
PROTOCOLO
Nº 1161/04 Fls. 20 e
Anchieta-ES 01/12/04
Hora: 1
Presidente

Buscando a Integração Social

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2004. Às dezenove horas do dia dezesseis de setembro, do ano de dois mil e quatro, reuniu-se a Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, sob a presidência do vereador Marcus Vinicius Doelinger Assad, que após ter declarado aberta a sessão, solicitou que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, onde verificou-se a presença de todos. Após ter sido aprovada a ata da sessão anterior, foi lido o material de expediente, onde constava: 1) Requerimento nº 225/2004 (instalação de CPI para apurar irregularidades com relação as denúncias relacionadas ao transporte da escória da CST para o nosso município, envolvendo a Transportadora Paganini e outras que participaram do transporte). Fez uso da palavra o Sr. Presidente disse ter submetido o requerimento nº 225/2004 à votação do Plenário por uma questão de democracia, pois o pedido cita o artigo 35 § 3º e artigo 52 do Regimento Interno, porém no artigo 52 § único fala que o requerimento tem que está embasado em fatos e precisamente especificado sobre a suposta denúncia. Em aparte, disse o vereador Jocelém Gonçalves de Jesus que os vereadores que fizeram o requerimento têm conhecimento da Lei e sabem que o pedido para instalação de CPI tem que está embasado em denúncias e documentos anexos ao processo. Disse que os autores do pedido deveriam deixar de demagogia e colocar os documentos anexos ao pedido, pois sabem que o procedimento é esse. Disse ainda, admirar tal atitude, pois todos nesta Casa têm conhecimento das Leis, processos, Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e que, o que estão querendo é tirar proveito da situação, tendo em vista o período eleitoral. Disse que não é assim que se faz política e sim democraticamente, embasado em dados e que seria favorável a aprovar quaisquer dados, desde que fossem dados concretos, que todos tivessem conhecimento. O requerimento foi submetido à votação do Plenário e foi rejeitado pelo Plenário por 07 (sete) votos contrários e 04 (quatro) votos favoráveis. Na ocasião, o vereador Juarez Bezerra Leite não se encontrava no Plenário. Continuando a leitura do material de expediente 2) Requerimento 228/2004 de autoria do vereador Robinson Jorge Antunes, aprovado pelo Plenário; 3) Ofício 0212/2004, encaminhando a esta Casa o Projeto de Lei nº 036/2004 – Dispõe sobre estabelecimento de regras para aproveitamento dos servidores ocupantes dos cargos de Auxiliar Fazendário e Fiscal Fazendário e cria vagas para os cargos de Agentes de Arrecadação, de autoria do Poder Executivo; 4) Projeto de Lei nº 021/2004 – Dispõe sobre declaração de Utilidade Pública de Agricultores Familiares de Serra Verde – AAGRISVERDE – e dá outras providências, de autoria do vereador Jocelém Gonçalves de Jesus; 5) Convite para a festa da primavera da Creche e Pré-Escola “Capitulina Simões”; 5) Requerimento da Comissão de Finanças e Orçamento, solicitando a dispensa de interstício do projeto de Lei nº 035/2004 – Dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de R\$ 73.000,00 para fins que especifica, de autoria do Poder Executivo, aprovado pelo Plenário; 6) Requerimento dos membros das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento, solicitando a dispensa de interstício dos projetos de Lei nºs, 019/2004 – Dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores do Município para o mandato que se inicia em 1º de janeiro de 2005 e dá outras providências e 020/2004 – Dispõe sobre fixação de subsídios de Prefeito, vice-prefeito e Secretários do município de Anchieta, para os mandatos de 2005 a 2008 e dá outras providências, ambos de autoria da Mesa Diretora e aprovado pelo Plenário. Terminado a leitura do material de expediente, o Sr. Presidente passou à hora destinada aos senhores oradores. Pela ordem, fez uso da palavra, o vereador Robinson Jorge Antunes. O vereador, após cumprimentar a todos, fez um requerimento verbal, baseado no artigo 122 do Regimento Interno, solicitando ao Sr. Prefeito informações acerca de como tem sido aplicado o dinheiro do FUNDEF no município de Anchieta, quem recebe tal verba e como é feito o repasse do dinheiro. O pedido do vereador foi submetido à votação do Plenário e foi aprovado por unanimidade. Continuando, o vereador Jorge